

TRANSIÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO NA COLABORAÇÃO INTERMUNICIPAL: BREVE PANORAMA

Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz

Universidade Cidade de São Paulo (Unicid)

carminhameirelles@gmail.com

Thamara Caroline Strelec

Triade Conhecimento em Políticas Públicas

thamara.strelec@conhecimentotriade.com.br

Pedro Murgel Hsia

Fundação Getulio Vargas

pedro.mhsia@gmail.com

Resumo

Este estudo apresenta um panorama de experiências de transição de governo e gestão no âmbito de iniciativas de colaboração intermunicipal em educação - Câmaras Técnicas de Educação, Arranjos de Desenvolvimento da Educação e outros formatos colaborativos -, que integram a Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação. Por meio de revisão bibliográfica, aplicação de questionários e entrevistas com integrantes das iniciativas, constatou-se que ações de transição são experimentais e inusuais, embora revelem fortalecimento e diversificação das ações executadas nos territórios analisados.

Palavras-chave: transição de governo; consórcios intermunicipais; arranjos de desenvolvimento de educação.

Introdução

O processo de transferência de poder, conhecido como transição de governo, ganhou destaque, nas últimas décadas, ancorado no pressuposto de que o sistema democrático envolve alternância de poder, transparência e prevalência do interesse público sobre o privado (CEPAM, 2012; LOBATO; CALVO, 2002).

A transição de governo é entendida como o período que inicia após a divulgação do resultado oficial da eleição e se encerra com a posse dos gestores eleitos (CEPAM, 2012). No âmbito municipal, o processo é pouco estudado (CRUZ *et al.*, 2017; REZENDE, 2019; SÃO PAULO, 2020; COELHO *et al.*, 2022). Em levantamento bibliográfico de 2020, realizado na base SciELO, buscou-se identificar referências sobre o tema na colaboração intermunicipal, e observou-se sua inexistência. Apesar dessa constatação, a transição é relevante para a educação e as iniciativas de colaboração, uma vez que contribuem com a continuidade das políticas públicas.

Diferentemente da transição de governo na esfera municipal, nas iniciativas de colaboração intermunicipal, não há um intervalo pré-estabelecido. Nessas iniciativas, o processo ganha destaque após a posse e a ambientação das novas equipes, podendo fortalecer a continuidade de trabalhos coletivos e legitimar as ações desenvolvidas, independentemente das mudanças político-administrativas. Aqui será denominada de transição a alternância de poder e posições de gestão e liderança nas iniciativas de colaboração, em decorrência dos processos eleitorais ou quando o próprio mandato altera os Dirigentes Municipais de Educação (DMEs) da iniciativa.

Assim, o objetivo, deste trabalho, é apresentar um panorama de experiências de transição em iniciativas de colaboração intermunicipal em educação - Câmaras Técnicas de Educação de consórcios, Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) e

outros formatos colaborativos - que integram a Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação (RCIE).

Metodologia

O estudo qualitativo, realizado em 2020, envolveu: a) levantamento bibliográfico sobre transição de gestão e governo; b) aplicação de questionário diagnóstico enviado às 21 iniciativas da RCIE; c) aplicação de questionário complementar às iniciativas que realizavam ações de transição; d) seleção de quatro iniciativas a serem relatadas a partir de entrevistas (PETRI *et al.*, 2021).

As iniciativas estudadas em profundidade tiveram como critério de escolha: a) representatividade regional; b) experiência iniciada há pelo menos quatro anos; c) manifestação de desejo de continuidade de ações dessa natureza; e d) presença de pontos focais com maior tempo de atuação. Os casos foram analisados a partir de um roteiro semiestruturado de entrevistas aplicado aos atores.

Resultados e Discussões

O envio do questionário preliminar permitiu inferir que, das 21 iniciativas, 12 (57%) desenvolviam alguma ação de transição e que há tendência de crescimento e diversificação, seguindo o que aponta Coelho *et al.* (2022). Das 12, dez responderam ao questionário complementar. Foram relatadas ações de transição, classificadas em cinco categorias: carta de princípios com o tema de transição; envolvimento de outros atores na governança; reuniões de sensibilização e acolhimento aos DMEs e prefeitos e/ou visita aos municípios; sistematização de informações sobre a gestão e mobilização continuada da comunidade escolar.

A análise dos relatos permitiu comparar similaridades e especificidades nas ações de transição.

Iniciativa recente, o ADE GE-5 tem, nos Jogos Regionais, uma estratégia consolidada de mobilização da comunidade escolar. Já o ADE Chapada desenvolve uma tecnologia mais robusta de mobilização com ações diversas que colocam a educação como prioridade regional desde 1997.

No ADE Granfpolis, o resultado mais visível das ações é a garantia da permanência e do engajamento dos municípios e a parceria com outras instituições, com destaque para a atuação da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, que apoia e fortalece o processo. Já no Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema (Amvapa), ações desenvolvidas de forma colaborativa - como compras coletivas -, aliadas a processos formativos, criam sinergia e favorecem trocas entre os membros. Todas as iniciativas contam com o apoio de organizações do Terceiro Setor.

As quatro iniciativas apresentam em comum reuniões de sensibilização e acolhimento com os novos prefeitos e DMEs; visita aos municípios; criação de grupos em redes sociais para troca de informações; apoio à tomada de decisão e à partilha de experiências. Essas ações dialogam com as experiências apresentadas por São Paulo (2020). Nas entrevistas, foi depreendido que o apoio institucional de um consórcio, ou associação de municípios, pode ser fator importante, bem como a parceria com instituições não governamentais.

Conclusões

O estudo agregou insumos ao debate de transição. É um processo recente, pouco estudado na literatura (Cruz *et al.*, 2017;

COELHO *et al*, 2022). Entretanto, a aplicação dos questionários aponta para ações executadas com complexidades distintas. Os respondentes sinalizam desafios, oportunidades e pontos a serem explorados.

Identificou-se, nos casos, o comprometimento dos entrevistados com a qualidade da educação; os ganhos obtidos com o trabalho colaborativo; as soluções coletivas construídas para problemas municipais/regionais; e o protagonismo de algumas lideranças. As entrevistas apontam, como resultados, a integração dos novos DMEs; a continuidade das políticas e da iniciativa de colaboração; além da geração do sentimento de pertencimento ao território e de responsabilidade pela gestão educacional.

Apesar dos avanços, considera-se que esse processo apresenta desafios. O fortalecimento da visão colaborativa no território, as mudanças nas equipes das secretarias, no decorrer do mandato, e os obstáculos surgidos com a pandemia, demandaram atenção. A dificuldade na mobilização de figuras importantes - principalmente prefeitos(as) -, no aprimoramento da governança com novos atores, criação de uma cultura de sistematização de informações e fragilidade na comunicação, também foram citados.

A despeito dos desafios, a pesquisa evidenciou riqueza de ações e as especificidades de cada experiência, mostrando práticas que podem alterar a visão de “terra arrasada” na alternância de poder para um espírito colaborativo no âmbito dessas iniciativas.

Referências

CEPAM. Fundação Prefeito Faria Lima. **A transição de governo nos municípios paulistas**. v. 1. São Paulo: Cepam, 2012.

COELHO, Fernando de Souza; CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo; PEREIRA, Mírian Lúcia; DUARTE, Francisco RICARDO;

REZENDE, Guilherme JOSÉ F. Repensando o processo de transição de governo no Brasil como uma política de gestão pública. **Revista de Administração Pública**, 2022 (no prelo).

CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo; COELHO, Fernando de Souza; SEIXAS, Silvia Maura Trazzi; FRANCO, Celso Torquato Junqueira. Transição de governo na administração pública municipal: Descrição e análise dos resultados de uma pesquisa aplicada em municípios paulistas nas eleições de 2012. **Agenda Política**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 249-277, 2017.

LOBATO, Ana Lucia Martins; CALVO, Wilson (coord.). **Transição e democracia**: Institucionalizando a passagem do poder. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2002.

PETRI, Claudia Maria Micheluti *et al.* (orgs.). **Transição de gestão em iniciativas de colaboração intermunicipal em educação**: Panorama e relato de experiências pelo Brasil. São Paulo: Fundação Itaú para Educação e Cultura, 2021.

REZENDE, Guilherme José Rodrigues. **A transição de governo na esfera municipal**: Estudo de caso dos municípios de São Carlos e Araraquara. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2019.

SÃO PAULO (Governo do Estado). Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Orientações básicas para uma boa transição de governo**. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Paulo, 2020.